

REFLETINDO SOBRE O VESTIBULAR

Rubem Eduardo da Silva (1)

RESUMO

Neste artigo, é analisado o processo adotado pela Universidade para avaliação dos que se apresentam como candidatos para nela ingressarem. Tratando dos critérios a serem adotados, no caso da adoção dos critérios puramente acadêmicos, apresentam-se duas alternativas: de simples classificação ou eliminatório. Na primeira, as providências que devem ser adotadas têm, como problema central, a elaboração de instrumentos capazes de distinguir os candidatos, quanto ao nível de domínio dos objetivos visados. Na segunda, o problema seria a determinação do domínio considerado mínimo a ser exigido, sendo também necessário determinar o limite do erro provável e a definição do ponto decorte. Uma decisão fundamental se refere aos pesos atribuídos aos vários testes, recomendando-se, para evitar distorções, a transformação dos escores brutos em escores-padrão. Refere-se, finalmente, à necessidade de tratar os instrumentos de avaliação de acordo com suas características específicas, quanto à elaboração e à consideração das respostas dadas.

(1) Livre-docente pela U.F.P.E e professor do mestrado em Educação da mesma universidade.

Tomando como referência o conceito de avaliação proposto por Stufflebeam (1), que nos parece abrangente e adequado às várias situações em que pode atuar o educador: «processo de delineamento, obtenção e provimento de informações significativas para julgamento de decisões alternativas», nos propomos a uma análise do processo adotado pela Universidade para avaliação dos que se apresentam como candidatos para nela ingressarem.

Um questionamento preliminar que se deve colocar ao se efetuar um processo de avaliação de candidatos à Universidade é quanto aos critérios a serem adotados para sua aceitação ou rejeição.

Supondo que a Universidade tenha optado por critérios puramente acadêmicos, que características deveriam apresentar os pretendentes para serem aprovados? Duas alternativas poderiam ser delineadas: a) seleção com base na simples classificação, admitindo-se o número necessário para preenchimento das vagas, sem levar em consideração o mínimo de domínio necessário para sua aceitação; b) adoção do critério eliminatório significando rejeição dos candidatos não possuidores da competência indispensável para uma provável garantia de seu desempenho futuro.

Deixando de lado a discussão sobre as razões que conduziriam à aceitação ou rejeição de cada um dos dois critérios apresentados, consideremos as providências indispensáveis a serem adotadas em função do critério escolhido. Admitindo-se o critério da pura classificação, o problema central, a ser resolvido seria o da elaboração de instrumentos capazes de distinguir os candidatos quanto ao nível de domínio dos objetivos visados. Para fazer face a tal problema, seria necessário que os instrumentos elaborados para testar tais objetivos apresentassem nível de dificuldade compatível com o universo de candidatos. Se os instrumentos não apresentarem grau de dificuldade adequada à competência dos que a eles se submeterem, não serão capazes de fornecer informações significativas para a tomada de decisão. É evidente que, além do nível adequado de dificuldade, os instrumentos devem apresentar outras características indispensáveis para seu poder de discriminação, segundo análise apresentada por Ebel (2). Mas, conforme demonstraram Cronbach e Warrington (3), Lord (4), e Richardson (5), o valor dos instrumentos para seleção depende de seu nível de dificuldade. Um mínimo de adequação ao nível de competência do grupo é indispensável, neste caso, pa-

ra que os instrumentos apresentem algum valor para selecionar satisfatoriamente os candidatos. Os instrumentos seriam então ineficientes na medida em que não se ajustassem ao nível dos candidatos.

Supondo que a decisão tenha sido pela exigência de determinado nível de competência a ser demonstrado, o problema crucial seria a determinação do domínio considerado mínimo a ser exigido dos candidatos para sua aceitação. Isto vai exigir que a Universidade tenha a clareza suficiente sobre a competência mínima a ser demonstrada por aqueles que pretendem iniciar os estudos a nível de 3.º grau. Os professores do Ciclo Inicial da Universidade deveriam então fornecer aos responsáveis pelo Vestibular a relação dos conhecimentos mínimos que deveriam apresentar seus futuros alunos.

Se tal clareza existisse quanto ao mínimo de conhecimento a ser exigido dos futuros alunos, uma outra decisão importante deveria ser tomada: limite de erro provável aceitável ao se rejeitar um candidato. Isto significa que há uma determinada probabilidade de se errar ao se eliminar um candidato.

O imperativo dessa decisão se deve à característica dos instrumentos utilizados que, na informação que fornecem sobre os indivíduos testados, apresentam dois componentes: erro e verdade. Pois, o teste não é uma fotografia exata do indivíduo mas dá uma informação aproximada sobre ele, uma vez que são possíveis, erros devidos ao processo de amostragem para sua elaboração, às características do testando, às situações de aplicação e à sistemática de correção.

Por conta do elemento erro estar sempre presente no teste, seu resultado é assim apresentado: $T = V + E$, onde T é o resultado do teste, V; a verdade sobre o indivíduo e E, o erro presente neste resultado.

Como não é possível se identificar o erro referente a cada indivíduo testado, será necessário então se obter o erro provável da teste aplicado a um grupo de indivíduos, a fim de se definir o ponto de corte, com a utilização dos cálculos de probabilidade aplicados ao tipo de curva que os dados supostamente apresentavam.

Independentemente do critério adotado para a seleção dos candidatos à Universidade, uma decisão fundamental é quanto aos pesos a serem dados às várias provas para a classificação final.

Se pesos diferentes forem dados aos vários testes, por conta da importância das disciplinas, será necessário tomar as devidas precauções para que, na composição do resultado global, as várias ponderações, previamente, estabelecidas sejam, de fato, consideradas.

Quanto maior a amplitude dos resultados de uma prova, isto é, quanto maior a diferença entre os escores mais baixo e mais alto, e mais os resultados se espalharem entre tais escores extremos, com maior ponderação concorrerá tal prova para o resultado global.

Para exemplificar tal afirmativa, consideremos quatro provas com amplitudes e pesos diferentes. À prova «A», com escores entre 0 e 6 e média 3, foi atribuído peso 4; a prova «B», com amplitude de 0 a 12 e média 6, deveria entrar com peso 3; a prova «C», com escores entre 0 e 20 e média 10, contribuiria com peso 2; e a prova «D», com variação entre 0 e 42 e média 21, teria peso 1. Supondo que quatro candidatos tenham obtido o escore mais alto em uma das provas, localizando-se na média nas outras três, o primeiro lugar ficaria para quem houvesse obtido escore mais elevado na prova com menor peso, e a última colocação, para o que tivesse revelado maior competência na prova que deveria contribuir com maior peso para a composição do escore global.

Para que tal inversão não aconteça, recomenda-se transformar os escores brutos em escores padrão para cancelar a interferência da amplitude das provas na sua ponderação para o escore global.

Seja qual for o critério adotado para a seleção, não se pode confiar nos resultados apresentados se os instrumentos não forem tratados de acordo com suas características específicas, quanto à sua elaboração e à consideração das respostas dadas.

Que confiança se pode ter em processos de seleção que não atentem para as diversas decisões aqui consideradas e os procedimentos técnicos indispensáveis? Se os dados obtidos não são significativos nem são tratados adequadamente, como pode a Universidade julgar incompetentes seus candidatos? Será que nós, professores da Universidade, não deveríamos refletir um pouco mais sobre o processo de seleção adotado?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CRONBACH, L. J. & WARRINGTON, W. G. Efficiency of Multiple-Choice Tests as Function of Spread of Item Difficulties. *Psychometrika* — 17: 127-47. 1952.
2. EBEL, R. L. *Essentials of Educational Measurement*. Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall, 1972.
3. LORD, F. M. The Relation of the Reliability of Multiple-Choice Tests to the Distribution of Item Difficulties. *Psychometrika*, 17: 181-94, 1952.
4. RICHARDSON, M. W. The Relation Between The Difficulty and Differential Validity of a Test. *Psychometrika*, 1:v3-49, 1936.
5. STUFFLEBEAM, D. *Let alii: Educational Evaluation and Decision Making*. Bloomington, Ind.: Phi Delta Kappa, 1972.